

A TENSÃO ALGORÍTMICA DA CIDADANIA: ILETRAMENTO DIGITAL, CONFLITO GERACIONAL E A METATEORIA DAS TENSÕES COMUNICACIONAIS¹

THE ALGORITHMIC TENSION OF CITIZENSHIP: DIGITAL ILLITERACY, GENERATIONAL CONFLICT, AND THE METATHEORY OF COMMUNICATIONAL TENSIONS

Eurípedes Ferreira de Carvalho Júnior ²
Tiago Mainieri de Oliveira³

Resumo: *Este estudo investiga a exclusão digital de segunda ordem sob a ótica dos "imigrantes digitais", analisando como o iletramento digital crítico compromete a agência cívica. Fundamentada na Metateoria das Tensões Comunicacionais (Signates, 2025), a pesquisa propõe um tensionamento quádruplo entre Estrutura (Thompson, 2018) vs. Performance (Goffman, 1969) e Potencial Gerativo (Braga, 2017) vs. Estado Raro (Marcondes Filho, 2019). Demonstra-se que a expansão da infraestrutura técnica no Brasil não garantiu autonomia intelectual aos idosos; observa-se, antes, uma incomunicabilidade estrutural via opacidade algorítmica e má gestão das "regiões de bastidores". Conclui-se que o iletramento digital paralisa o potencial gerativo da rede, reduzindo a interação à reatividade informativa. O estudo defende uma reavaliação ontológica, onde a cidadania comunicacional exige a ativação crítica de processadores de sentido, superando o mero acesso funcional às plataformas.*

Palavras-Chave: *Iletramento Digital. Conflito Geracional. Metateoria das Tensões. Cidadania Comunicacional. Performatividade Algorítmica.*

Abstract: *This study investigates second-order digital exclusion from the perspective of "digital immigrants," analyzing how critical digital illiteracy compromises civic agency. Grounded in the Metatheory of Communicational Tensions (Signates, 2025), the research proposes a fourfold tension core: Structure (Thompson, 2018) vs. Performance (Goffman, 1969) and Generative Potential (Braga, 2017) vs. Rare State (Marcondes Filho, 2019). The analysis demonstrates that technical infrastructure expansion in Brazil has not secured intellectual autonomy for the elderly; instead, a structural incommunicability arises from algorithmic opacity and the mismanagement of interactional "backstage regions." The study concludes that digital illiteracy acts as a dialectical brake on the network's generative potential, reducing interaction to informative reactivity. It argues for an ontological reassessment, claiming that communicational citizenship requires the critical activation of "meaning processors" rather than mere functional access to platforms.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Eurípedes Ferreira de Carvalho Júnior: Doutorando em Comunicação, na linha de Mídia e Cidadania pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, euripedesj@ufg.br.

³ Tiago Mainieri de Oliveira: Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ. Professor pesquisador da UFG. Atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação na linha de pesquisa em Mídia e Cidadania - tiagomainieri@ufg.br

Keywords: *Digital Illiteracy. Generational Conflict. Metatheory of Tensions. Communicational Citizenship. Algorithmic Performativity.*

1. Da conectividade à crise de comunicabilidade

A sociedade contemporânea, marcada pela onipresença das plataformas digitais, enfrenta um paradoxo fundamental: a expansão do acesso à infraestrutura de rede não se traduziu automaticamente em inclusão cívica ou competência comunicacional. Pelo contrário, observa-se o surgimento de uma "tensão algorítmica da cidadania", onde segmentos populacionais — mais fortemente os imigrantes digitais e idosos — encontram-se em um estado de "inclusão/exclusão dual". Embora tecnicamente conectados, estes sujeitos operam em um regime de iletramento digital que compromete sua capacidade de agência política e social.

É imperativo observar que a arquitetura do acesso digital no Brasil tem experimentado uma expansão, transpondo barreiras socioeconômicas antes rígidas e penetrando nos mais diversos estratos da estrutura social. Este panorama de democratização infraestrutural é corroborado pelos indicadores da pesquisa TIC Domicílios 2024, sistematizada pelo Cetic.br/NIC.br sob os cuidados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CETIC.BR, 2025)⁴. Os dados evidenciam uma mudança estrutural nos padrões de conectividade, assinalando o declínio dos centros de acesso público em favor de uma apropriação predominantemente privada e doméstica, que hoje abrange mais de 80% das residências e cerca de 90% do contingente populacional. Os dados revelam, ademais, uma expansão na conectividade entre os chamados “imigrantes digitais”. Observa-se que a parcela da população brasileira com mais de 60 anos já apresenta índices de acesso diário à rede de quase 60%, sinalizando um avanço na democratização do uso tecnológico nessa faixa etária.

Contudo, a maior agilidade técnica e a onipresença de dispositivos digitais — que hoje dinamizam as interações sociais e o consumo — não esgotam a discussão sobre a inclusão digital. Pelo contrário, a expansão quantitativa do acesso levanta uma questão

⁴ O Cetic.br tem a missão de monitorar o acesso, o uso e a apropriação das TIC no Brasil desde 2005, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atua em colaboração com o poder público para produzir dados e indicadores sobre o uso da internet e das TIC. Em 2012, o Cetic.br tornou-se um Centro de Categoria II da UNESCO. Pesquisa citada:

Um olhar em Social Media: Insights 2023 × 2024. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Apresentacoes-e-documentos/2024/Um-olhar-em-Social-media-Insights-2023-x-2024>. Acesso em: 12 de janeiro de 2025

central: a massificação do uso tecnológico resulta, efetivamente, em uma autonomia intelectual e cívica do usuário? Para além da simples capacidade operacional de manejar dispositivos, é urgente investigar se há um letramento digital crítico que acompanhe essa evolução tecnológica no Brasil. A análise deste estudo propõe correlacionar as competências digitais com o entendimento da cidadania no ambiente digital, analisando se a apropriação da tecnologia é qualitativa e cívica, e não apenas uma presença superficial no ambiente virtual. E esta análise inicia-se quando se busca compreender a efetividade da construção da própria comunicação, entre os dispositivos tecnológicos e os usuários consumidores-cidadãos, e destes com seus pares sociais.

O desafio da exclusão digital contemporânea não se esgota na barreira técnica, mas localiza-se na incapacidade de agência simbólica dos sujeitos. Para Signates e Moraes (2019), a cidadania comunicacional não se reduz à mera inclusão tecnológica, mas define-se pela capacidade de os sujeitos e grupos sociais intervirem nos processos de produção de sentido e na gestão política da visibilidade pública.

Nos primeiros dos sentidos aventados, emerge com radicalidade, como na noção grega de infância (infante é o que não fala), a ideia de que alguém que não se comunica não é cidadão. O sentido amplo de comunicação agrega-se de forma estrutural e ôntica à condição cidadã, além de expressar-se em vários direitos específicos, e não apenas na liberdade de expressão e informação (Signates; Moraes, 2019. p. 32).

Nesse sentido, o iletramento digital crítico dos imigrantes digitais atua como um impeditivo ontológico: sem o domínio dos códigos que regem a esfera algorítmica, o indivíduo é destituído de sua potência de agir, restando-lhe apenas uma presença figurativa e reativa nas redes, o que configura um estado de incomunicabilidade democrática.

A compreensão da exclusão na era da informação exige o reconhecimento de que o acesso físico à infraestrutura constitui apenas a camada superficial de um fosso mais profundo. Segundo Van Dijk (2005), a desigualdade digital de segunda ordem manifesta-se no hiato de competências estratégicas, em que a posse do aparato técnico não garante ao sujeito a capacidade de converter fluxos informacionais em capital social ou político. Essa fragilidade é aprofundada pelo que Selber (2004) define como a carência de um letramento crítico e retórico; para o autor, indivíduos que dominam apenas o letramento funcional permanecem servos de sistemas cujas gramáticas e valores políticos lhes são opacos.

Os alunos que são apenas funcionalmente alfabetizados em informática podem ser pouco mais do que servos de um sistema cujas regras de funcionamento lhes são opacas. O letramento crítico, por outro lado, exige que os estudantes compreendam que as ferramentas tecnológicas não são neutras, mas sim imbuídas de valores políticos e sociais que estruturam a interação e a produção de conhecimento (Selber, 2004, p. 94).

Complementarmente, Livingstone (2004) assevera que a literacia mediática contemporânea requer não apenas a habilidade de acessar, mas sobretudo as capacidades de analisar e avaliar criticamente as mensagens em ambientes complexos. Quando essas competências falham, a inserção na "cultura participativa" descrita por Jenkins (2009) torna-se ilusória: o sujeito, embora presente nas redes, carece da inteligência coletiva e das ferramentas de julgamento necessárias para exercer uma agência autêntica, permanecendo em uma zona de passividade reativa que compromete a eficácia de sua inserção na vida pública digital.

Adota-se a premissa de que a investigação deste fenômeno exige superar a dispersão teórica e a exogenia que historicamente fragilizaram o campo da Comunicação. Segundo José Luiz Braga (2011), a área padece de uma dispersão acentuada, caracterizada pela fragmentação de esforços investigativos que, embora diversos, falham em estabelecer um diálogo sistêmico que resulte em acúmulo teórico. Para o autor, essa dispersão se manifesta quando "os pesquisadores e as correntes se ignoram, produzindo um conhecimento que não se soma e que não se critica de forma produtiva" (Braga, 2011, p. 54). Complementarmente, Luiz Signates (2015) identifica a exogenia como a raiz da fragilidade identitária do campo, definindo-a como a tendência de buscar em disciplinas vizinhas — como a Sociologia e a Psicologia — os fundamentos para explicar fenômenos que seriam propriamente comunicacionais. Para Signates (2015, p. 145), "a exogenia é a dependência do campo da comunicação de teorizações de outros campos científicos", o que resulta em estudos que frequentemente perdem a centralidade do objeto comunicativo em favor de análises meramente sociais ou políticas. Assim, a superação desses obstáculos exige, conforme defendem ambos os autores, um esforço de autonomia teórica que busque desentranhar a especificidade dos processos de interação e significação.

Assim sendo, busca-se analisar a questão do objeto do letramento digital pelas lentes comunicacionais, comparando conceitos e realidades, com usos e o entendimento social. Para tanto, mobiliza-se a Metateoria das Tensões Comunicacionais proposta por Luiz Signates (2025), que sugere abandonar a busca por uma definição unificada de comunicação em favor

de um arranjo epistemológico que tensione conceitos limites — especificamente entre comunicabilidades e incomunicabilidades.

O objetivo é analisar como o iletramento digital e o conflito geracional atuam como catalisadores de incomunicabilidade, bloqueando o acesso aos processadores comunicacionais necessários para a vida pública. A análise ancora-se em um núcleo quádruplo de tensionamento teórico: a estrutura da interação mediada online (Thompson, 2018), a gestão da performatividade (Goffman, 1969), a potência gerativa da comunicação (Braga, 2017) e a raridade do acontecimento comunicacional (Marcondes Filho, 2011).

2. A Estrutura da Interação e o Colapso da Performance: Tensionando Thompson e Goffman

A gênese das sociedades modernas é indissociável do desenvolvimento dos meios de comunicação, que não atuam meramente como canais de transmissão de mensagens, mas como elementos constitutivos e fundamentais das estruturas sociais. Segundo Thompson (2018), o advento da mídia transformou radicalmente a constituição espacial e temporal da vida cotidiana, rompendo a necessidade de co-presença física para a efetivação do agir social. Ao criar novas formas de ação e interação desvinculadas de um local comum, a mediação técnica permitiu que os sujeitos se relacionassem em contextos de simultaneidade despacializada. Essa mudança paradigmática exige uma análise sociológica que priorize não apenas o conteúdo das mensagens, mas a natureza das interações que a mídia institui entre os sujeitos, reconhecendo que a recepção de produtos culturais não é um ato passivo, mas um processo mediado pela autonomia e pelo repertório crítico do receptor.

A consequência primordial dessa mediação é a ampliação da capacidade humana de agir para além das fronteiras do "aqui e agora". A organização social da interação mediada estabelece uma nova esfera pública, pautada pela publicização organizada pela mídia, na qual a visibilidade política deixa de depender do encontro face a face em praça pública para se constituir em um campo de lutas simbólicas acessível a grandes contingentes populacionais. Nesse cenário, o desenvolvimento dos meios é visto como o motor de uma reconfiguração da autoridade e do poder, onde o "agir à distância" torna-se a tônica das relações de poder modernas, permitindo que líderes e instituições se tornem presentes na intimidade dos lares, ao mesmo tempo em que se tornam vulneráveis a novos tipos de escrutínio e vigilância.

Com o avanço das tecnologias digitais, emerge a necessidade de investigar a interação mediada online, que radicaliza a extensão das relações sociais através do espaço e do tempo. Diferente da quase-interação mediada (unidirecional e massiva), a comunicação mediada por computador em ambientes virtuais caracteriza-se por ser dialógica e orientada para uma diversidade de destinatários no modelo "muitos-para-muitos". Embora ocorra um estreitamento no leque de pistas simbólicas — devido à ausência de elementos não-verbais próprios do encontro físico —, essa modalidade de interação cria espaços de subjetivação que desafiam as estruturas tradicionais. A autonomia do receptor, portanto, transmuta-se em uma autonomia de interlocução, onde o sujeito não apenas consome, mas performa e produz cultura em uma rede global de interdependência simbólica.

A distinção teórica entre as modalidades de interação propostas por Thompson permite compreender a mudança na estrutura da agência social. Enquanto a quase-interação mediada estabelece uma relação monológica, criando um campo de visibilidade assimétrico onde a circulação de formas simbólicas é predominantemente unidirecional, a interação mediada online reintroduz o caráter dialógico no ambiente mediado. Segundo Thompson (2018), o diferencial do ambiente digital reside na capacidade de sustentar interações orientadas para uma multiplicidade de destinatários, o que ele caracteriza como uma estrutura de comunicação "muitos-para-muitos". Essa transição não implica apenas uma mudança técnica, mas uma reconfiguração da autonomia do receptor, que deixa de ser apenas um decodificador de mensagens para se tornar um agente ativo na produção e circulação de sentidos.

Enquanto a interação face a face ocorre num contexto de co-presença, a interação mediada envolve o uso de um meio técnico que permite que a informação ou o conteúdo simbólico seja transmitido a indivíduos que estão distantes no espaço, no tempo, ou em ambos. O uso de um meio técnico implica um certo grau de redução das pistas simbólicas disponíveis para os participantes, em comparação com a interação face a face. No entanto, o uso de meios técnicos também amplia o alcance das ações e interações, permitindo que os indivíduos ajam em contextos espacial e temporalmente remotos (Thompson, 2018, p. 86).

Entretanto, essa nova forma de ação à distância impõe o que Thompson denomina como um estreitamento no leque de pistas simbólicas. Ao contrário da interação face a face, onde a riqueza de elementos não-verbais (gestos, entonações, expressões faciais) auxilia na redução da ambiguidade, a interação mediada online exige novos esforços interpretativos para suprir a ausência do corpo físico. No cenário político, essa dinâmica radicaliza a

publicidade mediada, pois os sujeitos não são mais meros espectadores da cena pública, mas participantes que podem intervir em tempo real. A autonomia do receptor frente aos produtos culturais, portanto, manifesta-se agora na capacidade de ressignificar conteúdos e disseminá-los em redes de interdependência global, desafiando a hegemonia das instituições tradicionais de mediação e exigindo uma investigação que considere a comunicação como um processo de coconstrução da realidade social.

Portanto, a primeira dimensão da tensão algorítmica reside na disjunção entre a infraestrutura midiática e a agencialidade do sujeito. Ao atualizar sua teoria social para o ecossistema digital, John B. Thompson (2020) introduz o conceito de Interação Mediada On-line, que se distingue pela natureza dialógica e pela capacidade de estender a interação em escalas espaço-temporais sem precedentes. Diferente da "quase-interação mediada" dos meios de massa tradicionais, este novo ambiente exige o que o autor denomina como uma "gestão reflexiva da visibilidade".

No mundo digital, a visibilidade não é apenas algo que acontece; é algo que deve ser gerenciado e controlado em um ambiente onde as fronteiras entre o que é público e o que é privado tornaram-se cada vez mais porosas e instáveis (Thompson, 2020, p. 412).

Contudo, essa interação não ocorre em um vácuo de poder, mas está circunscrita a uma Organização Social da Interação Mediada (OSIM). Nesse arranjo, algoritmos e interfaces operam como *gatekeepers* automatizados, impondo lógicas de relevância que frequentemente escapam à compreensão do usuário comum. Para o imigrante digital, essa estrutura manifesta-se como uma "opacidade sistêmica". A exigência de cadastros digitais para o acesso a direitos fundamentais — exemplificada pela plataforma gov.br⁵ no Brasil — transforma a interface em uma barreira institucional. Dados do Cetic.br (2024) corroboram essa assimetria: embora o acesso domiciliar supere os 80%, a capacidade de utilizar serviços públicos digitais de forma autônoma ainda é inversamente proporcional à idade e ao grau de instrução, evidenciando o que a literatura chama de "exclusão digital de segunda ordem"⁶.

⁵ BRASIL. *Portal Gov.br*. Brasília, DF: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br>.

⁶ Conceito formulado por Eszter Hargittai para descrever as desigualdades que persistem mesmo após a democratização do acesso físico à rede. Diferentemente do "fosso digital" de primeira ordem (acesso material), este nível foca nas disparidades de competências, autonomia e eficiência na busca por informação, demonstrando que a habilidade técnica e o capital cultural do usuário determinam o proveito socioeconômico extraído da internet. Referência: HARGITTAI, Eszter. *Second-level digital divide: Differences in people's online skills*. *First Monday*, v. 7, n. 4, 2002.

A superação da barreira técnica do acesso físico não encerra o problema da desigualdade na era da informação; pelo contrário, descortina a exclusão digital de segunda ordem. Esta se manifesta no hiato de habilidades (*skills gap*) que separa os usuários conforme seu capital cultural prévio. Sob a ótica de Hargittai (2002) e van Dijk (2005), a eficácia do uso da internet é condicionada por variáveis socioeconômicas que ditam quem possui as ferramentas cognitivas para converter informação em conhecimento útil. Assim, a exclusão de segunda ordem é mais perversa e invisível que a primeira, pois ocorre dentro da própria rede, aprofundando as estratificações sociais ao recompensar aqueles que já detêm o domínio das gramáticas tecnológicas em detrimento daqueles que realizam usos superficiais ou meramente reativos.

Nesse ponto, a teoria de Thompson converge para a dramaturgia social de Erving Goffman. Na interação mediada, o sujeito deve articular simultaneamente uma Região Frontal (Palco) — onde a performance cívica e a fachada social são projetadas — e uma Região de Fundo (Bastidores). O conflito reside no fato de que, sob a égide dos algoritmos, o controle sobre os "bastidores" é fragilizado. Thompson observa que: "A natureza da interação on-line permite que informações da região de fundo vazem ou sejam trazidas para a região frontal de maneiras que o indivíduo não pode controlar plenamente" (Thompson, 2011, p. 86). Para o indivíduo com baixo letramento digital, essa "porosidade" entre palco e bastidores gera um estado de vulnerabilidade. Ele é compelido a uma performance em um ambiente cujas regras gramaticais e lógicas de visibilidade lhe são alheias, resultando em uma inclusão que, embora tecnicamente presente, permanece socialmente segregada.

No ambiente das plataformas, o "palco" não é mais apenas o espaço da performance cívica ou social consciente, mas um ambiente de exposição forçada, onde o usuário luta para manter o controle da impressão (*Self-presentation*) diante de audiências invisíveis e contextos colapsados. Como bem pontua Goffman em sua obra clássica: "O indivíduo, no desempenho de seu papel, solicita implicitamente a seus observadores que levem a sério a impressão que eles estão recebendo" (Goffman, 2004, p. 25). O dilema do imigrante digital iletrado reside precisamente na incapacidade de articular essa "fachada" exigida pela interface. Para este sujeito, a barreira não é apenas técnica, mas ontológica: ele é compelido a uma performance em um palco cujas regras de iluminação e visibilidade (os algoritmos) ele desconhece, transformando o exercício da cidadania em uma experiência de possível alienação digital.

Na revelação de um cenário de profunda vulnerabilidade para o chamado "imigrante digital", no palco, esse sujeito frequentemente padece de uma invisibilidade algorítmica ou de uma performance inadequada às gramáticas das redes. Sua atuação é marcada por uma dissonância em relação aos códigos estéticos e técnicos dos "nativos digitais" (Prensky, 2001), o que resulta em um conflito geracional onde a voz do sujeito é ridicularizada ou sumariamente ignorada. Por outro lado, a gestão das regiões de fundo — os bastidores — apresenta um paradoxo crítico na contemporaneidade. Thompson (2018) adverte que a interação mediada, ao alterar as fronteiras entre o público e o privado, cria oportunidades para o "vazamento" de informações do bastidor para o palco, fragilizando a face dos atores sociais. Contudo, no caso do iletrado digital, observa-se um movimento inverso e igualmente deletério: a invasão dos bastidores pelo palco. Sem o anteparo do letramento crítico e das competências de filtragem informacional, o espaço privado de reflexão — o bastidor identitário — é permeado por fluxos descontrolados de desinformação e *fake news*. Para esse indivíduo, o bastidor deixa de ser o local de preparação da face e de refúgio interpretativo para tornar-se um território colonizado por lógicas exógenas que ele não consegue validar ou refutar.

Em última análise, a tensão entre a estrutura da mediação técnica em Thompson e a gestão da performance em Goffman evidencia que a "nova visibilidade" não opera como um vetor de empoderamento para o imigrante digital. Ao contrário, a precariedade do letramento provoca um colapso na gestão das regiões sociais, manifestando-se como uma incomunicabilidade prática. Onde a modernidade prometia a extensão da ação através do espaço e do tempo, o iletramento digital impõe uma forma de visibilidade que é, em essência, uma fonte de vulnerabilidade e exclusão, comprometendo o exercício pleno da cidadania e a integridade da subjetividade no espaço digital.

3. Ontologia do Sentido: O Abismo entre Sinalização e Comunicação Gerativa

O segundo eixo de tensionamento metateórico aprofunda a questão ontológica: o que ocorre, de fato, nessas interações falhas ao se pensar na comunicação? Aqui, contrapõem-se as perspectivas de José Luiz Braga e Ciro Marcondes Filho.

3.1. A Raridade da Comunicação e o Império da Sinalização

A análise das patologias interacionais enfrentadas pelo imigrante digital ganha uma camada de profundidade ontológica ao ser confrontada com a Nova Teoria da Comunicação de Ciro Marcondes Filho (2010). O autor estabelece uma distinção rigorosa e hierárquica entre os fenômenos da sinalização, da informação e da comunicação, que permite diagnosticar o estado de incomunicabilidade estrutural das redes contemporâneas. Para Marcondes Filho, a comunicação não é um processo linear de transmissão de dados, mas um "Estado Raro" — um acontecimento ou vivência que possui a potência de desestabilizar o sujeito, provocando uma alteração em seu modo de ser.

No cenário do iletramento digital de segunda ordem, o que se observa é o domínio absoluto da sinalização e da informação. A sinalização, nível mais básico da existência, é a emanção constante de sinais que, no ambiente digital, traduz-se pelo "ruído" incessante de postagens, curtidas e compartilhamentos reativos. Como observa Marcondes Filho, a sinalização é uma manifestação que não exige interpretação profunda nem garante transformação. Para o imigrante digital, desprovido de letramento crítico, o ato de replicar conteúdos em bolhas de filtro constitui uma sinalização de pertencimento a um grupo, mas que, paradoxalmente, encerra o sujeito em si mesmo.

A informação, por sua vez, atua como um estágio intermediário que apenas "preenche lacunas dentro de uma estrutura cognitiva já estabelecida" (Marcondes Filho, 2010, p. 45). Nas interações mediadas online, o fluxo de dados serve frequentemente para confirmar preconceitos ou tranquilizar o sujeito mediante a reafirmação do já conhecido. É aqui que reside a tragédia do entendimento da cidadania pelo imigrante digital: ele é bombardeado por informações — muitas vezes descontextualizadas ou deliberadamente falsas — que não geram conhecimento, mas apenas reforçam sua paralisia cognitiva. Conforme o autor pontua de forma incisiva:

As pessoas trocam mensagens e sinalizam informações, mas continuam as mesmas: nada se altera, tudo segue igual. A comunicação, no sentido de um acontecimento que fere, que desarranja as certezas e obriga ao pensamento, é um fenômeno que nos escapa e que raramente se efetiva nas trocas cotidianas massificadas (Marcondes Filho, 2010, p. 52).

A comunicação como acontecimento e vivência exige uma produção de sentido que desorganiza os arranjos internos do indivíduo para criar novos padrões de identidade. No entanto, o objeto estudado demonstra que o iletrado digital é impermeável a esse "salto". Ao

ser segregado por algoritmos e pela própria dificuldade em gerir a complexidade simbólica da rede, o imigrante digital permanece inatingido pelo "outro". A comunicação, que deveria ser o fato de receber o outro e isso o transformar internamente, é substituída por uma circulação estéril de sinais. "Se nós saímos absolutamente inatingidos por isso, se nada aconteceu conosco, eu diria que não houve comunicação, nada nos fez pensar" (Marcondes Filho, 2010), portanto, a experiência digital desse grupo não é comunicativa, mas puramente informativa e sinalética; é um processo de circulação de dados que, embora volumoso, mantém o sujeito em um estado de imobilidade ontológica, comprometendo a transformação necessária para o exercício de uma cidadania crítica e autêntica.

3.2. A Comunicação Gerativa e os Processadores

Enquanto a perspectiva de Marcondes Filho enfatiza a excepcionalidade do fenômeno comunicacional, José Luiz Braga (2011) oferece uma abordagem onde a comunicação é compreendida como um trabalho incessante sobre a diversidade. Para Braga, a comunicação não deve ser vista como um "estado raro", mas como uma dinâmica fundante da sociabilidade, operada por meio de processadores comunicacionais. Estes processadores são sistemas, linguagens e lógicas sociais que atuam na tentativa constante de produzir sentido e organizar a pluralidade humana. Sob esta ótica, o foco desloca-se do acontecimento ontológico para a eficácia dos dispositivos interacionais — ferramentas e estratégias socialmente construídas para estabilizar a interação e viabilizar a construção do comum.

O problema do iletramento digital, interpretado a partir das teses de Braga, reside na incapacidade do sujeito em ativar o potencial gerativo da comunicação. Embora o imigrante digital possua o acesso técnico aos meios — o domínio do *hardware* e a presença no *software* —, ele padece de uma lacuna na competência de acionamento do dispositivo como estratégia de apropriação. De acordo com Braga (2011), a comunicação implica um "trabalho de tentativa e erro" que exige do ator social a habilidade de manejar as regras do jogo interacional para converter o fluxo informativo em conhecimento ou agência cidadã. Conforme o autor argumenta:

A comunicação não é apenas um processo de transmissão, mas um trabalho social que se realiza por meio de dispositivos que permitem à sociedade processar suas diferenças. Quando o sujeito não domina as gramáticas desses dispositivos, a interação torna-se ruidosa e o potencial gerativo da comunicação é bloqueado,

impedindo que a diversidade se transforme em articulação social (Braga, 2011, p. 78).

Portanto, a exclusão digital de segunda ordem manifesta-se aqui como uma falência funcional frente aos processadores da cultura mediada. O imigrante digital, ao não compreender as lógicas de mediação e as estratégias de interlocução próprias do ambiente online, permanece à margem do processo gerativo, ao menos inicialmente. Ele habita o espaço tecnológico, mas não habita o dispositivo interacional. Como consequência, a rede deixa de ser um espaço de construção de cidadania para tornar-se um ambiente de passividade, onde a falta de domínio sobre os processos de significação impede o sujeito de converter a interação mediada em um exercício efetivo de autonomia.

A perspectiva de José Luiz Braga (2012) afasta-se de visões tecnocentristas para compreender a comunicação como um sistema de "processamento social". Para o autor, a sociedade não apenas utiliza a mídia, mas se torna midiaticizada, o que implica que a comunicação passa a ser o ambiente onde as relações se estruturam e se validam. O problema do iletramento digital do imigrante, nesse sentido, transcende a falha técnica: trata-se de uma dificuldade em habitar a ambiência produzida pela midiaticização, onde o sentido não é algo dado, mas algo que "se faz no processo" (Braga, 2011).

Um conceito central para adensar essa análise é o de "ângulos de resposta". Braga argumenta que a comunicação gerativa exige que o sujeito não apenas receba o sinal, mas seja capaz de formular uma resposta que retroalimente o sistema de sentidos. O imigrante digital, frequentemente, opera sob um ângulo de resposta limitado — uma reação meramente reativa ou mimética (como o compartilhamento acrítico). Conforme Braga (2006, p. 92), "a comunicação só se torna efetivamente social quando os dispositivos interacionais permitem que os sujeitos não apenas ocupem o espaço, mas interfiram na lógica da sua construção".

Além disso, Braga introduz a ideia de que a sociedade desenvolve "dispositivos de crítica", que seriam instâncias de autorreflexão sobre o que é comunicado. Inicialmente, o iletrado digital encontra-se excluído desses dispositivos; ele não possui as ferramentas para exercer a crítica sobre o meio que habita. Sua participação na rede, portanto, é desprovida da "inferência" — outro conceito chave de Braga que designa o trabalho mental do receptor para preencher as lacunas do que é dito. Sem a capacidade de inferência crítica, o imigrante digital torna-se um passageiro de um sistema cujas regras de navegação ele desconhece.

A competência comunicativa não reside na posse da informação, mas na capacidade de acionar os circuitos de produção de sentido. O que define a exclusão na sociedade midiaticizada é a incapacidade de participar dos processos de reflexividade social, transformando o sujeito em um receptor de fluxos sobre os quais ele não exerce qualquer agência transformadora (Braga, 2012, p. 67).

Diferente do rigor ontológico de Marcondes Filho — que situa a comunicação em um estado de raridade quase inalcançável para o sujeito não desestabilizado —, a teoria de José Luiz Braga (2011) oferece uma lente mais generosa e pragmática sobre o iletramento digital. Para Braga, a comunicação é um trabalho da diversidade que não ocorre no vácuo individual, mas em circuitos de interação. Sob esta ótica, o imigrante digital não deve ser visto apenas como um sujeito "em falta", mas como um ator que participa de processos de experimentação social. O iletramento, portanto, não é um bloqueio definitivo, mas uma etapa de um processo de referencialização em que o sentido é construído e ressignificado coletivamente.

Braga argumenta que os sujeitos, ao se depararem com novos dispositivos interacionais, iniciam um processo de "tentativa e erro" que é partilhado em comunidade. No caso dos imigrantes digitais, a adaptação aos novos meios não se dá por uma absorção técnica passiva, mas pela criação de novos e possíveis sentidos que emergem de suas próprias vivências prévias. O que poderia ser lido como "erro" ou "sinalização estéril" na visão de outros autores, em Braga é interpretado como uma apropriação tática. O imigrante digital ressignifica o uso das ferramentas (como o uso de áudios de WhatsApp ou o compartilhamento de imagens) para manter a coesão de seus grupos sociais, criando uma gramática própria que estabiliza a interação em sua comunidade.

A sociedade não apenas recebe os meios; ela os 'processa' e os devolve sob a forma de novos usos e interpretações. Esse trabalho de processamento social é o que permite que a cultura se transforme sem perder o vínculo com a experiência dos sujeitos. A comunicação, portanto, não está no domínio da técnica, mas na capacidade de apropriação e na criação de respostas sociais aos dispositivos (BRAGA, 2006, p. 115).

Nesse sentido, o pensamento de Braga permite vislumbrar um potencial gerativo mesmo no iletramento. A comunidade de imigrantes digitais atua como um processador coletivo que ajuda seus membros a "aprender a fazer". Há uma inteligência coletiva na forma como esses grupos filtram, traduzem e adaptam as lógicas digitais para suas realidades analógicas. Enquanto Marcondes Filho lamenta a ausência do "acontecimento" transformador, Braga celebra a persistência da tentativa, vendo na adaptação e na ressignificação comunitária a prova de que a comunicação é um sistema vivo, capaz de gerar

sentido mesmo em condições de precariedade técnica. A cidadania, para o imigrante digital, não nasce da maestria algorítmica, mas da capacidade de, coletivamente, dar um uso humano e relacional aos novos circuitos de mediação.

3.3. Síntese da Tensão Ontológica

A análise da cidadania do imigrante digital exige a aplicação do que se pode denominar como uma metateoria das tensões (Signates, 2025), na qual a prática interacional é tensionada entre o potencial gerativo do sistema e a realidade da paralisia cognitiva.

Tese: A Geratividade e a Experimentação (Braga)

Sob a perspectiva de José Luiz Braga (2011), a comunicação é compreendida como um esforço de composição diante da diversidade. Nesta tese, o ambiente digital é interpretado como um ecossistema de recursos — propriedades que convidam à ação — oferecendo dispositivos interacionais que, em tese, permitem a comunicação gerativa. Para Braga, o sentido não é um dado *a priori*, mas o resultado de um processo de experimentação e tentativa social, onde o erro e a adaptação comunitária são partes constitutivas do aprendizado do "fazer comunicacional".

Antítese: A Incomunicabilidade Estrutural e a Sinalização (Marcondes Filho)

Contrapõe-se a essa visão a antítese de Ciro Marcondes Filho (2010), para quem a realidade empírica das redes é marcada pelo império da sinalização e da troca de informações tautológicas. O autor argumenta que a massa de dados circulante não se traduz em comunicação, pois falha em provocar o "acontecimento" — aquela alteração ontológica que desestabiliza o sujeito e o obriga ao pensamento. No cenário digital massificado, prevaleceria o "impoder do pensamento", onde o ruído algorítmico bloqueia a transformação genuína, reduzindo a interação a uma emanção estéril de presença.

Síntese: O Illetramento como Paralisia da Dialética

A síntese desta tensão manifesta-se no fenômeno do iletramento digital. Este atua como o fator que paralisa a dialética comunicativa: ele impede que as tentativas de experimentação e as táticas comunitárias de apropriação (Braga) se convertam em acontecimento transformador e produção de sentido crítico (Marcondes Filho). No sujeito acometido pelo iletramento de segunda ordem, o dispositivo técnico é acionado de forma puramente funcional, mas permanece inerte do ponto de vista epistemológico. O imigrante digital, embora tecnicamente conectado, habita o espaço digital em um estado de incomunicabilidade prática; ele opera as ferramentas, mas não reside na produção de sentido, obviamente, não de forma totalitária, permanecendo vulnerável aos fluxos de desinformação que invadem seus bastidores identitários.

4. Metodologia: A Metateoria como Ferramenta Diagnóstica

A fundamentação metodológica deste estudo ancora-se na proposição de que a exclusão digital não pode ser compreendida de forma linear ou estática, mas como um fenômeno dinâmico cujas nuances emergem da aplicação das categorias da dialética metateórica de Signates (2025). Ao adotar esse modelo, a investigação sobre o iletramento do imigrante digital transita de uma análise meramente técnica para uma leitura de complexidade, sustentada por cinco dimensões fundamentais que orientam o olhar heurístico.

A primeira dessas dimensões é a Tensionalidade, que rompe com as lógicas binárias tradicionais ao introduzir a noção de contradição intrínseca ao fenômeno comunicacional. Sob esta ótica, a inclusão técnica e a exclusão cognitiva deixam de ser excludentes para coexistirem em um embate permanente; o imigrante digital pode estar tecnicamente inserido na estrutura mediada, mas permanece em um estado de silenciamento performático. Essa análise é amparada pela Flexibilidade do método, que permite adaptar a investigação a diferentes contextos empíricos e teóricos sem o engessamento de regramentos rígidos, possibilitando que o objeto seja compreendido tanto em sua macroestrutura estatística quanto em suas microtáticas de apropriação comunitária.

Ademais, a Criticidade emerge como a consequência natural desse tensionamento, conduzindo a pesquisa para além da descrição de dados e formulando conclusões indagativas sobre a vulnerabilidade do sujeito frente à opacidade dos sistemas algorítmicos. Esta dimensão revela que o iletramento não é uma falha isolada, mas um fator que paralisa a

agência cívica. Tal perspectiva é enriquecida pela categoria da Diversidade, que assegura a consideração das múltiplas facetas do fenômeno — sociais, geracionais e simbólicas — sem decair em reducionismos funcionalistas ou buscar equilíbrios homeostáticos ilusórios no ambiente digital.

Por fim, a Processualidade situa a comunicação como um sistema em constante movimento e transformação, decorrente dos entrechoques históricos e geracionais. O iletramento, portanto, é interpretado não como um estado permanente de déficit, mas como um processo de desajuste entre os tempos da evolução tecnológica e os tempos da subjetividade humana. É nesta intersecção que o duplo categorial de Signates — o embate entre comunicabilidade e incomunicabilidade — ganha corpo, permitindo diagnosticar o ponto exato onde a carência de letramento avaliativo converte o potencial gerativo da rede em um regime de incomunicabilidade prática.

O iletramento, sob esta ótica, é o ponto de ruptura onde a seleção crítica das variações informacionais falha, evidenciando que a manipulação algorítmica prospera justamente onde a dialética entre o acesso e o sentido é paralisada. Assim, a metateoria como comparatismo permite "trabalhar a articulação daquilo que os resultados obtidos demonstram" (Signates, 2025), situando o imigrante digital em um campo de forças onde a tensionalidade entre comunicabilidade e incomunicabilidade define a precariedade de sua performance na esfera pública.

5. Considerações finais: Por uma Epistemologia da Comunicabilidade Cidadã

A análise desenvolvida ao longo deste estudo demonstra que a tensão algorítmica incidente sobre a cidadania não encontra resolução em soluções puramente tecnicistas; o conflito geracional e o iletramento digital revelam, em última instância, uma crise na própria estrutura epistemológica da participação social contemporânea. A Organização Social da Interação Mediada (OSIM), conforme proposta por Thompson (2018), impõe barreiras simbólicas que transmutam o palco digital em um espaço de exclusão para aqueles que não dominam seus códigos performativos. Nesse cenário, a ausência de um letramento crítico rompe a proteção ontológica dos Bastidores, na acepção de Goffman (2009), permitindo que a desinformação e os fluxos algorítmicos colonizem a subjetividade do imigrante digital, desprovido de defesas retóricas contra a opacidade dos sistemas.

O diagnóstico final aponta para uma preocupante prevalência da Sinalização (Marcondes Filho, 2019) sobre a Comunicação Gerativa (Braga, 2017). Enquanto o primeiro regime mantém o sujeito em um estado de reatividade informativa e imobilidade ontológica, o segundo — que pressupõe o trabalho sobre a diversidade e a produção de sentido — permanece mais distante ao iletrado. Para superar este estado de incomunicabilidade estrutural, é imperativo que as políticas públicas e estratégias educacionais transcendam o letramento funcional e instrumental.

A superação deste hiato exige a capacitação do sujeito para ativar os processadores comunicacionais de forma autônoma e crítica. Somente ao transitar da mera operação técnica para a agência interpretativa será possível mover o ponteiro da experiência social da sinalização em direção ao potencial de sentido. É nesta transição que se encontra a possibilidade de realizar, enfim, a promessa de uma cidadania digital comunicável, onde o imigrante digital deixe de ser um passageiro da técnica para tornar-se sujeito de sua própria narrativa na esfera pública. Para a análise seguem alguns levantamentos comparativos desses tensionamentos propostos.

TABELA 1
Tensionamento entre Estrutura (Thompson) e Ação Performativa (Goffman) - Polo da Comunicabilidade

Conceito	Manifestação da Comunicabilidade	Sustentação Empírica no Tensionamento
Ação Performativa (Goffman)	Manifesta-se na Performance Cívica Requerida no Palco Digital (redes sociais, fóruns). O sujeito deve ser capaz de gerenciar a impressão e articular a defesa de seus direitos.	O alto índice de acesso à internet (90%) mostra que a Comunicabilidade é tecnicamente possível, havendo um Palco disponível para a performance.
OSIM (Thompson)	Depende de uma Organização Social da Interação Mediada (OSIM) que garanta acessibilidade técnica e legal.	A exigência de cadastro digital (gov.br) para direitos legais prova que a Comunicabilidade é uma condição estrutural imposta pela OSIM no Brasil.

Este par tensiona as dimensões macro (acesso) e micro (interação) da comunicação.

TABELA 2
Tensionamento entre Estrutura (Thompson) e Ação Performativa (Goffman) - Polo da Incomunicabilidade

Conceito	Manifestação da Incomunicabilidade	Sustentação Empírica no Tensionamento
Bastidores (Goffman)	O Ilustramento e a Desinformação rompem a integridade dos Bastidores. O imigrante não consegue realizar a filtração e validação crítica para preparar uma performance cívica.	Confirmada pelo dado de que apenas 52% dos usuários fazem verificação mínima de dados, evidenciando Bastidores invadidos por ruído.
OSIM (Thompson)	A OSIM, controlada por algoritmos e interesses de dados, cria barreiras estruturais que impedem a participação igualitária.	A Incomunicabilidade manifesta-se na marginalização política e formação de "bolhas informativas", onde o imigrante é alvo fácil do controle de dados.

Representa o fracasso do Palco e a falha do sujeito em navegar na estrutura imposta.

TABELA 3

Tensionamento entre Potencial de Sentido (Braga) e Raridade do Sentido (Marcondes Filho) - Polo da Incomunicabilidade. Tensiona a dimensão ontológica: o que é gerado na interação e o que transforma o sujeito.

Conceito (Braga)	Função Metateórica	Tensão Empírica no Ilustramento
Comunicação Gerativa	Capacidade de transformar linguagens e saberes a partir da interação, atingindo o nível do Ilustramento Crítico.	O alto acesso (90%) é um indicador de possibilidade, mas a queda na busca por conhecimento indica que o potencial transformador está sendo abortado.
Dispositivo Interacional	Modo como o sujeito se apropria do software para realizar um fim cívico ou de conhecimento.	O ilustrado ativa o dispositivo para uso funcional (redes sociais), mas falha na apropriação estratégica para serviços públicos (abaixo de 40%).
Trabalho da Diversidade	Aceitação do desafio comunicacional que impulsiona a variação e o debate de ideias.	A polarização anula este trabalho. O imigrante, confinado a grupos uníssomos, encontra um ambiente que recusa a diversidade.

TABELA 4

Tensionamento entre Potencial de Sentido (Braga) e Raridade do Sentido (Marcondes Filho) - Polo da Incomunicabilidade. Diagnóstico crítico da realidade comunicacional contemporânea segundo Marcondes Filho.

Conceito (Marcondes Filho)	Manifestação da Incomunicabilidade	Tensão Empírica no Iletramento
Comunicação como "Estado Raro"	Ausência de Transformação: a comunicação verdadeira mexe no ser e é a exceção; o digital massificado é o regime da incomunicabilidade.	A mínima verificação de dados (52%) demonstra que a reflexão crítica foi substituída pelo mero consumo passivo de conteúdo.
Sinalização	Excesso Vazio: fluxo de informações sem efeito transformador, servindo apenas para manter a ordem social ou a polarização.	O imigrante iletrado torna-se cativo de notícias falsas por não conseguir filtrar informações; a desinformação é Sinalização que manipula o comportamento.
Inclusão/Exclusão Dual (Castells)	Sintoma da Incomunicabilidade estrutural que segrega os mais velhos e marginaliza suas vozes.	A disparidade na participação prova a segregação: imigrantes estão incluídos no acesso, mas excluídos da comunicação efetiva.

TABELA 5

Exemplos Empíricos de Falha e Sustentação Metateórica (desativação de dispositivos e falhas performáticas)

Conceito Teórico	Função Metateórica	Exemplo Empírico
Dispositivo Interacional	Estratégia de apropriação do software (ex: gov.br).	Idoso falha ao acessar o gov.br; a desativação do dispositivo resulta em exclusão do serviço legal.
Comunicação Gerativa / Bastidores	Espaço privado de validação onde o sujeito filtra e prepara a performance.	Idoso repassa fake news de saúde; a invasão do Bastidor pelo Palco anula a comunicação gerativa e reproduz ruído.
Estado Raro / OSIM	Barreira institucional e crítica ontológica: fluxo digital é majoritariamente sinalização.	Grupo de idosos em fórum reforça o mesmo viés ideológico; não há alteração de sentido, provando a prevalência da Sinalização.
Palco Frontal) (Região	Espaço da exclusão performática onde o iletrado se torna invisível.	Tentativa de idoso participar de debate online é ridicularizada por nativos; performance falha e voz é menos ouvida.

TABELA 6
Exemplos Empíricos de Incomunicabilidade Prática (Falhas)

Conceito Teórico	Função Metateórica	Exemplo Empírico de Sua FALHA
Dispositivo Interacional (Braga, 2011a; Signates, 2015)	O Potencial de Ação: O dispositivo é a estratégia de apropriação do software (ex: WhatsApp, gov.br).	Um idoso (imigrante digital) tenta acessar o "gov.br" para exercer um direito legal; a falha no cadastro demonstra a desativação do dispositivo e resulta em exclusão do serviço.
Comunicação Gerativa (Braga, 2017)	A Geração de Novo Sentido: Capacidade de transformar comportamentos, atitudes e saberes a partir da interação.	Um idoso recebe uma <i>fake news</i> sobre saúde e a repassa; a incapacidade de inferência e validação impede a geração de conhecimento, resultando em ruído.
Bastidores (Região de Fundo) (Goffman)	O Espaço de Validação: Local privado e protegido onde o sujeito filtra, avalia e prepara a Performance Cívica.	O imigrante digital, sobrecarregado, não consegue processar ou verificar a veracidade nos Bastidores; o espaço é invadido e contaminado pelo Palco, levando à desinformação.

Esta tabela mapeia como o iletramento digital colapsa as categorias teóricas no cotidiano do imigrante digital.

TABELA 7
Exemplos Empíricos de Sustentação Metateórica

Conceito Teórico	Função Metateórica	Exemplo Empírico de Sustentação
Comunicação como "Estado Raro" (Marcondes Filho, 2010)	A Crítica Ontológica: O fluxo digital é majoritariamente Sinalização/Informação, pois não "mexe" ou "altera" o ser do sujeito.	Idosos em um fórum político reforçam repetidamente o mesmo viés; há fluxo intenso, mas sem alteração de sentido (polarização), provando a prevalência da Sinalização.

Organização Social da Interação Mediada (OSIM) (Thompson, 1995)	A Barreira Institucional: A OSIM impõe condições técnicas e de mercado que limitam o acesso e controlam o fluxo de informação.	O iletrado digital acessa a internet apenas por pacotes de dados limitados e aparelhos de baixa qualidade, impedindo o acesso a fontes confiáveis; é a materialização estrutural da incomunicabilidade.
Palco (Região Frontal) (Goffman)	O Espaço da Exclusão Performativa: Onde a performance cívica é requerida, mas o iletrado se torna invisível ou inadequado.	Um idoso tenta participar de debate online e é ridicularizado por nativos digitais (Conflito Geracional); sua performance falha e sua voz é menos ouvida, demonstrando marginalização política.

Esta tabela demonstra como a realidade observada confirma os regimes de "Estado Raro" e as barreiras da OSIM. O tensionamento entre os conceitos metateóricos provou ser uma ferramenta diagnóstica robusta para desvelar o paradoxo da sociedade hiperconectada: a inclusão tecnológica não significa inclusão cívica. O Illetramento Digital emerge como o fator dialético que trava o movimento da Incomunicabilidade (tese) para a Comunicabilidade (antítese). O par Thompson e Goffman demonstrou que a Organização Social da Interação Mediada (OSIM) impõe barreiras estruturais (como a exigência do cadastro gov.br), que o imigrante iletrado não consegue superar em alguns casos, resultando na nulificação de sua performance no Palco. Paralelamente, a tensão Braga e Marcondes Filho estabeleceu a tragédia ontológica: o Dispositivo Interacional é ativado de maneira limitada, falhando em gerar o sentido transformador (Comunicação Gerativa) e condenando o sujeito ao regime da Sinalização (Marcondes Filho), comprovado pelo baixo uso cívico e pela prevalência da desinformação. Percebe-se que a Cidadania Comunicacional só se realiza quando o sujeito adquire a capacidade de gerenciar seus Bastidores (Goffman) para resistir à invasão do Palco e inclinar o fluxo de Sinalização (Marcondes Filho) em direção ao Potencial de Diversidade (Braga). A Metateoria das Tensões oferece, assim, a superação da exogenia ao centralizar o objeto da comunicação no próprio conflito entre seus pólos definidores.

Sugere-se a realização de pesquisas qualitativas em profundidade que mapeiem a gestão dos bastidores por parte dos imigrantes digitais (como checam informações, com quem conversam antes de publicar) e, em contraste, a análise retórica e funcional das falhas de performance no palco (por que os comentários de idosos são ignorados ou polarizados em

fóruns cívicos). O objetivo é quantificar e qualificar como se dá a comunicação por meio da mensuração do potencial gerativo no ambiente digital. Além disso, é crucial testar a eficácia de ferramentas de alfabetização crítica (a intervenção) na reativação do dispositivo interacional, investigando se o aumento do letramento crítico realmente altera a sinalização percebida e a performance cívica subsequente. Tais estudos permitirão não apenas solidificar a metateoria das tensões como referencial, mas também subsidiar políticas públicas que transformem o acesso em comunicação, cumprindo a promessa de uma cidadania equitativa na sociedade algorítmica.

Referências

- ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.
- BRAGA, José Luiz. **A prática da pesquisa em comunicação: abordagem do campo como construção de objeto**. São Paulo: Paulus, 2011.
- BRAGA, José Luiz. **Constituição do campo da comunicação**. *Verso e Reverso*, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011.
- BRAGA, José Luiz. **Comunicação gerativa: um diálogo com Oliver Sacks**. *Matrizes*, v. 11, n. 2, p. 35-55, 2017.
- BRAGA, José Luiz. **Teorias intermediárias: uma estratégia para o conhecimento comunicacional**. *Matrizes*, v. 14, n. 2, p. 101-117, 2020.
- BRAGA, José Luiz. **Epistemologia evolutiva: uma heurística para a comunicação**. *Galáxia*, v. 47, 2022.
- BRAGA, José Luiz. **Processadores Comunicacionais: uma praxiologia evolucionária**. 2023.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica**. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRAGA, José Luiz. **Circuitos versus Campos: reflexões sobre a gramática da midiatização**. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JR., J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação e Midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-52.
- BRAGA, José Luiz. **Comunicação como sistema de resposta**. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 15, n. 37, p. 12-18, 2008.
- BRASIL. *Portal Gov.br*. Brasília, DF: **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br>.
- GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Harmondsworth: Penguin, 1969.
- HARGITTAI, Eszter. *Second-level digital divide: Differences in people's online skills*. *First Monday*, v. 7, n. 4, 2002.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LIVINGSTONE, Sonia. *Media Literacy and the Challenge of New Information and Communication Technologies*. *The Communication Review*, v. 7, n. 1, p. 3-14, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A questão da Comunicação**. Paulus: *Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 3, n. 5, p. 17-26, 2019.
- OFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PRENSKY, Marc. *Digital Natives, Digital Immigrants*. On the Horizon, MCB University Press, v. 9, n. 5, out. 2001.

SELBER, Stuart A. *Multiliteracies for a Digital Age*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

SIGNATES, Luiz. **Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação**. *Líbero*, v. 18, n. 36, p. 143-152, 2015.

SIGNATES, Luiz. **Por uma metateoria das tensões comunicacionais: fundamentos para um objeto metateórico na Ciência da Comunicação**. *Questões Transversais*, v. 10, 2023.

SIGNATES, Luiz e MORAES, Ângela. (Org.) **Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa**. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

THOMPSON, John B. **A nova visibilidade**. *Matrizes*, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

THOMPSON, John B. **A interação mediada na era digital**. *Matrizes*, v. 13, n. 2, p. 17-44, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2018.

VAN DIJK, Jan. *The Deepening Divide: Inequality in the Information Society*. London: Sage, 2005.

ZILLIEN, Nicole; HARGITTAI, Eszter. *Digital Distinction: Status-Specific Types of Internet Usage*. *Social Science Quarterly*, v. 90, n. 2, 2009.